



Estado do Rio de Janeiro
Município de Santo Antônio de Pádua
Secretaria Municipal de Meio Ambiente



LICENÇA PRÉVIA E DE INSTALAÇÃO

LPI Nº 25/2025

PROCESSO Nº 104.2025

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Resolução CONEMA nº 92 e nº 95, pela Lei Complementar nº 140/2011, Lei Municipal nº 3.218/2008, pelo Decreto nº 119/2019 e em especial pelo Decreto nº 118/2019 que dispõe sobre os procedimentos de Licenciamento Ambiental e Licenciamento Simplificado, concede a presente Licença Prévia e de Instalação:

MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA

CNPJ: 29.114.139/0001-48

Endereço: Praça Visconde Figueira, nº57. Centro. Santo Antônio de Pádua – RJ

Objeto:

Implantação de loteamento residencial para habitação popular destinado ao uso unifamiliar de interesse social, em um terreno de área de 54.000 m².

No seguinte local:

Av. João Jasbick, Bairro Dezessete, Santo Antônio de Pádua – RJ, com coordenadas geográficas de referência: Latitude 21°31'51.59"S e Longitude 42°13'19.45"O.

Prazo de Validade:

Esta Licença Prévia e de Instalação é válida até 27 de agosto de 2030, respeitadas as condições nela estabelecidas, bem como aquelas inseridas nos autos do Processo 104.2025, do qual se originou este documento.

Santo Antônio de Pádua, 27 de agosto de 2025

Juliana Souto Jardim
Secretária Mun. de Meio Ambiente
Matrícula 20.141-3
Prefeitura Mun. de S. A. de Pádua

Juliana Souto Jardim
Secretária Municipal de Meio Ambiente
Matrícula 20.141-3

Condições de validade:

- 1 - Esta Licença diz respeito aos aspectos ambientais e não exige o empreendedor do atendimento às demais licenças e autorizações federais, estaduais e municipais exigíveis por lei;
- 2 - Esta Licença não poderá sofrer qualquer alteração nem ser plastificada, sob pena de perder sua validade;
- 3 - Requerer a renovação desta licença no mínimo 120 dias antes do vencimento do seu prazo de validade;
- 4 - Atender à Resolução nº 307 do CONAMA, de 05.07.02, publicada no D.O.U. de 17.07.02, alterada pela Resolução nº 448 do CONAMA, de 18.01.12, publicada no D.O.U. de 19.01.12, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil;
- 5 - Atender à Resolução nº 001/90 do CONAMA, de 08/03/90, publicada no D.O.U de 02/04/90, que dispõe sobre critérios e padrões de emissão de ruídos e a Lei Municipal de 3.026 de 2005 Dispõe sobre o controle e o combate à poluição sonora no âmbito do Município de Santo Antônio de Pádua - RJ.
- 6 - Atender à NOP-INEA-35 – Sistema Online de Manifesto de Transporte de Resíduos Sistema MTR, aprovada pela Resolução CONEMA nº 79 de 07.03.18 e publicada no D.O.R.J. de 13.03.2018;
- 7 - Atender à NOP-INEA-45 que "estabelece critérios e padrões de lançamento de esgoto sanitário", aprovada pela Resolução CONEMA nº 90, de 08/02/2021, publicada no D.O.R.J. de 25/02/2021.
- 8 - Atender à DZ-215.R-4 - "Diretriz de Controle de Carga Orgânica Biodegradável em Efluentes Líquidos de origem sanitária", aprovada pela Deliberação CECA nº 4886, de 25.09.07, publicada no D.O.R.J. de 05.10.07 e republicada no D.O.R.J. de 08.11.07.
- 9 - Implantar o canteiro de obras em área conforme projeto e dotá-lo de banheiro químico fornecido por empresa licenciada pelo órgão ambiental competente ou instalar sistema de tratamento de efluente sanitário de pequeno porte conforme ABNT NBR 17076/2024.
- 10 - Após a conclusão das obras, realizar a devida desmobilização do canteiro de obras e estruturas associadas, o que inclui o desligamento de quaisquer instalações relativas ao mesmo, que deverão ser devidamente desativadas respeitando-se as normas em vigor.
- 11 - Implantar o sistema de drenagem de águas pluviais conforme previsto em projeto e memoriais descritivos apresentados, mantendo-o limpo e desobstruído de forma que não haja obstáculos à passagem de água.
- 12 - Executar as obras preferencialmente em época de estiagem e, nos casos em que não seja possível, tomar providências necessárias para que a ocorrência de chuvas intensas na região não danifique o que já foi executado e que aquilo que já se encontra instalado não cause impactos ambientais ao local e adjacências.

- 13 - Implantar, conforme previsto em projeto, a rede de abastecimento de água, interligando a rede pública, anteriormente à emissão do habite-se das residências a serem construídas.
- 14 - Implantar a rede de coleta de esgoto sanitário, interligando-a estação de tratamento de esgoto conforme previsto em projeto.
- 15 - Requerer a Licença Ambiental para a Estação de Tratamento de Efluentes Sanitários (ETE), em data anterior a emissão dos habite-se para as edificações residenciais a serem construídas, apresentando toda documentação necessária para tal.
- 16 - Controlar a emissão de material particulado através da umectação da área de circulação de veículo e máquina e da manutenção periódica das máquinas e equipamentos utilizados para execução da atividade.
- 17 - Implantar dispositivos de proteção aos pedestres e sinalização para veículos, de modo a minimizar o risco de ocorrência de acidentes durante a realização das obras;
- 18 - Não realizar nenhuma intervenção em Área de Preservação Permanente do Córrego Bom Jardim, exceto em casos previstos no Código Florestal (Lei Federal 12.651/2012) e mediante autorização prévia do órgão ambiental competente;
- 19 - Respeitar Faixa Não Edificável e Zona de Proteção Ambiental - ZPA de 15 metros do Córrego Bom Jardim, conforme Lei Municipal 4.307/2024 e Lei Municipal 1.509/1982.
- 20 - Executar o paisagismo e arborização da área verde e passeios públicos conforme projeto e memorial descritivo apresentados.
- 21 - Adotar medidas de controle no sentido de evitar a emissão de material particulado para a atmosfera e de reduzir o nível de ruídos provenientes da execução das obras e do fluxo de veículos.
- 22 - Implantar durante a realização das obras, dispositivos de proteção aos pedestres e sinalização para veículos, de modo a minimizar o risco de ocorrência de acidentes.
- 23 - Destinar o lixo doméstico para o sistema de coleta pública, durante e após a implantação do empreendimento.
- 24 - Segregar, estocar em local apropriado e dispor os resíduos resultantes das obras em local autorizado pelo município ou pelo INEA.
- 25 - É de responsabilidade do requerente qualquer dano ambiental que ocorra em razão da instalação do empreendimento;
- 26 - Não realizar supressão de vegetação nativa sem autorização prévia do órgão ambiental competente.
- 27 - Realizar manutenção de máquinas e veículos em estabelecimento de empresas terceirizadas e licenciadas para tal.



- 28 - Instalar no acesso à área do canteiro, em local visível, placa informativa indicando: razão social, responsável técnico, números das diversas licenças e/ou autorizações concedidas por órgãos federais, estaduais e municipais;
- 29 - Evitar todas as formas de acúmulo de água que possam propiciar a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da Dengue, Zika, febre amarela e Chikungunya.
- 30 - Eliminar métodos de trabalho e ambientes propícios à proliferação de vetores (insetos e roedores nocivos);
- 31 - Manter atualizados, junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, os dados cadastrais do empreendedor;
- 32 - Submeter à prévia aprovação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente qualquer alteração no projeto;
- 33 - Apenas operar o empreendimento com a ART válida do profissional responsável pela execução da atividade;
- 34 - A Secretaria Municipal de Meio Ambiente exigirá novas medidas de controle ambiental sempre que julgar necessário;

